

# Turismo cultural e paisagem urbana: análise dos cascos históricos de Itajaí e de São Francisco do Sul – Santa Catarina, Brasil

CARLOS ALBERTO TOMELIN \* [ tomelin@univali.br ]

DIVA DE MELLO ROSSINI \*\* [ divarossini@univali.br ]

FERNANDO LUIGI PADOIN FONTANELLA \*\*\* [ fernandoluigi@gmail.com ]

FRANCISCO ANTONIO DOS ANJOS \*\*\*\* [ anjos@univali.br ]

JOSILDETE PEREIRA OLIVEIRA \*\*\*\*\* [ joliveira@univali.br ]

LUCIANO TORRES TRICARICO \*\*\*\*\* [ tricarico@univali.br ]

**Resumo** | Um dos objetivos deste trabalho foi estudar a paisagem do casco histórico das cidades de Itajaí, ocupada a partir do século XVII, e de São Francisco do Sul, ocupada no século XVI, ambas cidades do Estado de Santa Catarina, no Brasil. Outro objetivo consistiu em identificar as potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural, a partir das categorias de Cullen (1971), Lynch (1997), Rossi (1995) e de Boullón (2002), através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo que auxiliaram na identificação dos atributos turístico-culturais.

**Palavras-chave** | Cidade, Paisagem, Turismo Cultural.

**Abstract** | One of the objectives of this study was to analyse the landscape of the historic centres of Itajaí, city which has been occupied since the XVIII century, and of São Francisco do Sul occupied since the XVI century, both cities of the state of Santa Catarina in Brazil. The other objective aimed at identifying their potentialities for the development of cultural tourism, based on the categories of Cullen (1971), Lynch (1997), Rossi (1995) and Boullón (2002). Bibliographic, documentary and field research assisted in the identification of the cultural tourism attributes.

**Keywords** | City, Landscape. Cultural Tourism.

\* **Doutorado** em Administração e Turismo pela UNIVALI, **Mestre** em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI, **Docente** e **pesquisador** da Universidade do Vale do Itajaí.

\*\* **Doutorado** em Administração e Turismo na UNIVALI, **Mestre** em Engenharia de Produção pela UFSC e **Graduada** em Arquitetura e Urbanismo pela UNIVALI, **Pesquisadora** da Universidade do Vale do Itajaí.

\*\*\* **Acadêmico** de Arquitetura e Urbanismo na UNIVALI, **Bolsista** de Iniciação Científica.

\*\*\*\* **Pós-doutorado** em Geografia Urbana pela Universidade do Estado de São Paulo e em Urbanismo e Ordenamento do Território pela Universidade Politécnica da Catalunha, **Doutor em Gestão Ambiental** pela Universidade Federal de Santa Catarina, **Docente** e **pesquisador** da Universidade do Vale do Itajaí.

\*\*\*\*\* **Doutorada em Geografia** pela Université de Caen Basse Normandie – França, **Mestre** em Natureza, Meio Ambiente, Sociedade (DEA - Nature, Environment, Société) e **Graduada** em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, **Docente** e **pesquisadora** da Universidade do Vale do Itajaí.

\*\*\*\*\* **Doutorado em Arquitetura e Urbanismo** pela USP, **Mestre** em Arquitetura e Urbanismo pela USP, **Docente** e **pesquisador** da Universidade do Vale do Itajaí.

## 1. Introdução

Até há poucas décadas atrás, significativa parcela da população desconhecia o fato de que o património cultural construído é um dos elementos que contribui com a perpetuação de nossa identidade cultural, e também não havia movimentos sociais em prol da preservação dos bens patrimoniais monumentais (Moreno, 2002). No Brasil, as ações de proteção e preservação do património histórico e cultural passaram a ser aplicadas a partir da década de 1930, com a criação do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional. No entanto, a intensificação da aplicação das políticas patrimoniais ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, quando a elite cultural, bem como os governos estaduais e municipais, foram estimulados a preservar os centros urbanos, como elementos essenciais da vida. (Endres *et al.*, 2007). Tal contexto permitiu que os centros urbanos fossem revitalizados e entendidos como os lugares mais dinâmicos da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, historicamente eleitos para sediar instituições públicas e religiosas. Somatório de atividades que confere, ao centro urbano, um significado que extrapola os limites da própria cidade (Vargas e Castilho, 2009).

Esta mudança de condição, associada ao desenvolvimento tecnológico e à globalização, fez com que o território deixasse de ser o "*lócus*" da produção para se tornar objeto de consumo. Desta forma, o processo assumido pelos novos meios de comunicação e *marketing* instaura uma verdadeira competição entre lugares, onde a paisagem é um produto cobiçado por investidores, políticos, moradores e turistas (Vargas e Castilho, 2009).

Portanto, entender a formação do espaço e da comunidade, leva-nos a compreender que o espaço é social e que a sua transformação ocorre a serviço das necessidades do homem, no decorrer de sua história. Esta mudança vai sendo armazenada ao longo do tempo na estrutura física da cidade e resulta na permanência de fragmentos de inúmeras paisagens, vivenciadas pela sociedade local em

diversos momentos da história (Cullen, 1971; Rossi, 1995).

Com intuito de estudar e decodificar estes processos registrados nos núcleos urbanos, Rossi (1995) escreve a Teoria da Permanência. Obra que designa categorias de análise para leitura dos fenômenos urbanos, momento em que a apreciação deve ser restrita a "um pedaço da cidade", a um conjunto de edifícios, cujo princípio arquitetônico é único e imutável. Também ao desenho urbano, que configura a construção de um ambiente homogêneo, coordenado e contínuo, capaz de interpretar a consistência da paisagem local, na qual buscam a compreensão das leis, motivos e ordens, que estão ligados ao retrato da realidade histórica (Rossi, 1995).

Esta instigante temática originou outras obras que também se apropriam de categorias para análise da paisagem urbana. As mais representativas foram publicadas em 1960 por Lynch (1997), em 1961 por Cullen (1971) e em 1966 por Rossi (1995). A primeira obra que buscou a relação com a paisagem turística foi publicada em 1985 por Boullón (2002), que se refere à análise do espaço turístico urbano empregando, principalmente, os conceitos de Lynch. Portanto, esta pesquisa utiliza estas categorias de análise para identificar a existência de potencialidades que possibilitem transformar o sítio num destino que tira partido da paisagem como matéria-prima para o desenvolvimento do turismo cultural, ou seja, se ele possui potencial para atrair a procura turística, principal motivação desta pesquisa. Sendo assim, o objeto deste estudo optou pelos centros históricos de Itajaí e de São Francisco do Sul, cidades que mantêm parte seus cascos históricos preservados, considerando o seu traçado urbano e edificações monumentais e populares.

A problemática descrita e os referenciais teóricos supracitados incitam à análise de núcleos históricos, com o intuito de identificar suas peculiaridades e potencialidades, para que a paisagem aperfeiçoe a experiência do turista, provoque curiosidade, para que o leve a descobrir mais sobre o lugar e seus habitantes, como hábitos e costumes, sua

história e lendas, promovendo a preservação e o desenvolvimento das comunidades locais, agregando valor ao produto turístico proveniente da cultura material.

Ao estudar as categorias de análise da paisagem, constata-se que os autores que respaldam este estudo avaliam os elementos da cidade de forma similar. No entanto, Lynch (1997) categoriza de forma mais abrangente, criando seis macro categorias: vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros. Boullón (2002) apropria-se das categorias de Lynch para ler a paisagem artificial do espaço turístico urbano e, os demais, passam a pormenorizar os dados a serem observados. Dentre eles, Cullen (1971) é o mais descritivo, pois apesar de categorizar a análise do espaço em três aspetos – ótica, local e conteúdo, apropriam-se das reações emocionais que o ambiente suscita para ler a paisagem.

Vale ressaltar que este artigo foi estruturado a partir da análise dos dados coletados na pesquisa de campo e bibliográfica e parte da premissa de que a cidade é fruto da síntese edificada da forma de viver de uma sociedade, portanto, produto de criação social, testemunho dos níveis alcançados pela cultura humana, a qual revela fatos que iniciaram e deram continuidade a sua construção.

## 2. Da cidade ao turístico centro histórico

A história das cidades mostra que as transformações de ordem econômica e social deixam sinais, pois promovem a adequação da estrutura, da forma e da imagem da cidade. Assim, o século XX foi marcado pela ascensão da urbanização e industrialização, no qual grande parte da população mundial passou a viver nos centros urbanos.

Pensar e sentir a cidade, viver a cidade, decifrar a história deste viver, suas mutações e diferenças, tornaram-se tema de estudo para muitos pensadores deste período (Barros, 2007). Dentre eles, dois grandes nomes revolucionaram a arquitetura mundial, Le

Corbusier e Gropius, ambos de países que viveram a crise do período pós-guerra, mas que se apropriaram da arquitetura para desenhar uma nova realidade e instituir o conceito de funcionalidade, produto que representa esta nova sociedade democrática, emoldurada pela pureza das formas e perfeição das estruturas (Argan, 2001).

Já no final do século XX, ressurgiu uma tendência para a adoção do modelo da cidade aberta da Antiguidade. Movimento proveniente dos crescentes desencontros entre a cidade e a arquitetura, renegando as obras que nascem desvinculadas do corpo social, produtos de um clã que se preocupa, exclusivamente, com a aprovação de arquitetos famosos. As escolas de Sevilha, Veneza e Lisboa opuseram-se a este movimento, revisando as teorias de projeto que sucederam a crise do movimento moderno atual, discutindo os problemas da arquitetura do nosso tempo e a compreensão dos fenômenos urbanos (Argan, 2001; Pozo y Barajas, 2009).

Cabe destacar que houve três importantes períodos nos processos de intervenção dos centros urbanos, descritos pelas autoras Vargas e Castilho (2009). O primeiro, caracterizado pela Renovação Urbana (1950 a 1960), marcado pelo Movimento Moderno (Carta de Atenas, 1933) e a recuperação urbana (CIAM). O propósito daquela geração era demolir e construir para renovar, sendo um modelo deste processo os Estados Unidos da América. Neste período, na Europa, ocorria a implantação dos projetos urbanos com ênfase nos espaços para uso exclusivo de pedestres, nas principais ruas do comércio. Já o segundo período, Preservação Urbana (1970 e 1980), nega o Modernismo e implanta o Estilo Internacional, quando as propostas de intervenção aproximam-se das versões europeias, com a restauração dos velhos centros urbanos, marcado pelo surgimento de normativas e leis visando salvaguardar os “centros históricos”. O último período, de Reinvenção Urbana (1990) e que vigora até os dias atuais, é quando a cidade passa a ser pensada como um empreendimento a ser gerido, mediante o uso do planejamento.

Surge, então, no Brasil, o Programa Monumenta (1999), que visa o resgate, a conservação e a revitalização do patrimônio histórico e cultural urbano e prevê a criação do Fundo Municipal de Preservação que, atualmente, mantém o Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) das Cidades Históricas.

Este é o momento em que o centro histórico da cidade passa a ser reconhecido como um importante objeto, detentor de uma diversidade de formas e funções, pretéritas e presentes, de signos e significados que ganharam ou perderam a importância social no decorrer do tempo, que deflagra a formação de uma memória patrimonial que deverá responder às necessidades das sociedades do futuro (Moreno, 2002; Peixoto, 2004).

Apesar desta movimentação em prol da preservação, a globalização fez com que muitas cidades industriais perdessem a sua identidade, considerada um trunfo essencial para o desenvolvimento da economia cultural, pois a individualização promovida pela cultura local acentua sua identidade e marca seu lugar no panorama mundial (Vaz, 2004).

Dentro deste contexto, torna-se importante destacar que o turismo cultural teve sua origem no final do século XVIII e início do século XIX, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte, propiciado pela revolução industrial e motivado pelo surgimento da classe burguesa, que buscou elitizar-se não só pelo dinheiro, mas também pelo conhecimento (Barretto, 1995).

Entretanto, o Brasil entra como polo recetor de turistas estrangeiros, somente após a segunda Guerra Mundial, impulsionado pelo seu patrimônio, formado por belezas naturais ímpares e um rico patrimônio histórico (Azevedo, 2002; Santos e Goulart, 1998).

O despertar do turismo cultural para o sul do Brasil é. Ainda. mais recente, e tem seu início em torno de 1980, quando a conscientização dos valores, da diversidade étnica que povoou e colonizou o sul do Brasil foi o ponto de partida para a exploração deste filão. Os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul deram início ao turismo cultural nos

anos de 1990, com os programas governamentais que incentivaram as prefeituras dos municípios com concentrações étnicas de origem italiana ou alemã, a explorar o seu potencial cultural promovendo festas típicas de suas tradições, atraindo significativo número de visitantes (Santos e Goulart, 1998).

Atualmente, o turismo cultural está impondo formas atípicas de convivência, envolvendo recursos tecnológicos avançados, *shows* espetaculares, mas, também, exigindo autenticidade das manifestações. Este tipo de turismo implica na busca por diferenças, traçadas pela cultura, pelo patrimônio e pela natureza. Ele representa um dos veículos mais importantes de divulgação cultural e ambiental, que emerge dele próprio, como um instrumento de reafirmação da cultura e de patrimônios singulares (Azevedo, 2002).

Sendo assim, o segmento turístico ganha importância mundial devido ao grande impacto que causa no cotidiano das sociedades, impulsionado pela busca de sustentabilidade e de participação da comunidade local. Ele se apresenta como um elemento desafiador, que impulsiona o desenvolvimento de análise da paisagem de centros históricos com intuito de identificar potencialidades que possam vir a subsidiar, a partir do patrimônio histórico construído, o desenvolvimento de estratégias para o incremento do turismo cultural na localidade.

Assim, o diagnóstico desenvolvido circunscreve-se ao patrimônio construído das cidades de Itajaí e São Francisco do Sul, como um dos instrumentos que poderão nortear o planejamento do turismo cultural para estas localidades, pois desde a sua origem que o turismo incorpora o patrimônio cultural como um dos principais componentes dos roteiros e programações.

### **3. Análise do potencial turístico da paisagem do centro histórico de Itajaí**

O casco histórico de Itajaí inicia no Marco Zero da cidade, ocupado no século XVII, atual Praça Vidal Ramos, e segue até a Rua Tijucas.

Para esta pesquisa, o marco que delimita a área urbana é a construção da Rua Tijuca, recorte realizado a partir dos preceitos da Teoria da Permanência de Aldo Rossi (1995), que determina a reconstituição da formação espacial da cidade, a partir dos fatos urbanos. Portanto, a apropriação desta via, construída no passado, é um indicador das condições dos organismos urbanos da cidade atual, na qual há registos de fatos históricos e subsidiam a comparação entre o passado e o futuro.

A caminhada iniciou-se na Praça Vidal Ramos, em direção ao Mercado Público. As percepções do transeunte iniciam na praça, com o campanário da Igreja Imaculada da Conceição (1824) como ponto focal. E o monumento do Marco Zero, pela posição privilegiada em meio ao vazio urbano. A Igreja do Santíssimo Sacramento (atual Igreja Imaculada da Conceição) e o cemitério, sofreram uma série de intervenções ao longo do tempo, tombados pelo Estado desde 1998 (Fundação Genésio de Miranda Lins, 2009). Ao se voltar para o Rio Itajaí surge, pela primeira vez, uma perspectiva grandiosa, ladeada pelo edifício ícone do Pier Turístico, como mostra a Figura 1.

Em seguida, a ampla visão do rio é interrompida por algumas edificações. O Mercado Público revela-se por trás dos edifícios e imputa cores marcantes na paisagem. Surgem “ruídos” no cenário, promovidos pela comunicação visual e fiação elétrica aérea, indicando uma maior apropriação do espaço (Figura 2).

Ao entrar no Mercado Público (1917) a sensação é de revelação, interior rico em elementos de ordem cultural. Edifício de arquitetura eclética de origem germânica, que se destinou à venda a varejo de gêneros secos e húmidos. Em 1936, foi modificado externamente, os frontões foram demolidos e a arquitetura adaptada ao movimento *Art Decô*. Tombado pelo Estado em 2001 é, atualmente, um espaço que conserva as tradições populares, principalmente de origem açoriana (Fundação Itajaiense de Turismo, 2009).

Parte-se do Mercado Público em direção à Rua Lauro Muller e Pedro Ferreira. A sinuosidade da via fecha o visual e confere destaque ao edifício do atual Hotel Rota, edificação de valor histórico e antigo Hotel Brasil (1897), arquitetura em estilo República, de inspiração romântica e neoclássica vigente no final do século XIX e característico



Figura 1 | Igreja Imaculada Conceição, Marco Zero, Edifício do Pier turístico e perspectiva da Praça Vidal Ramos em direção ao Mercado Público.



Figura 2 | Perspectiva Praça Vidal Ramos em direção ao Mercado Público (vista externa e interna).

da burguesia urbana brasileira. Na sequência, a Casa Konder (1904), com arquitetura de traços germânicos, em estilo haneático, é a atual sede da Livraria Casa Aberta. Em seguida, está o edifício da atual Fundação Cultural – Casa Bughardt (1902), em estilo eclético também de influência germânica (Gallato, 2008).

Em seguida, o gabarito da via promove o fechamento do visual e aparece uma perspectiva delimitada. Identifica-se uma série de edificações históricas, primeiro individualmente, depois em conjunto (Figura 3).

O fato que mais chama atenção neste trajeto é a ordem cronológica das edificações; quanto mais próximo da Praça Vidal Ramos, mais antigas são as edificações e, quanto mais distantes, mais recentes – década de 1960.

Continuando o percurso em direção à Rua Pedro Ferreira (antiga Rua do Comércio), surge uma via não reticular, na qual a sensação é de que se perde a noção do todo e se passa a observar as partes. A primeira é a Casa Malburg (1915), de caráter monumental, em estilo eclético, atualmente abriga os escritórios da Receita Federal. Depois a visão se desdobra e surge um espaço contínuo e longo, até surgir o edifício Genésio Miranda Lins, que predomina na paisagem

devido a sua verticalidade, um ponto focal. Logo à direita está a Casa Voigt (1924), que foi sede da firma Almeida & Voigt e do Banco Inco, em estilo neoclássico, e que é um exemplar da arquitetura comercial das primeiras décadas do século XX (Fundação Cultural de Itajaí, 2009).

Este cenário possui três camadas, a primeira com as edificações horizontais, a segunda com o elemento vertical e a terceira ao fundo com uma imagem composta por novos referenciais – gruas e *containers* do porto (Figura 4).

Os elementos verticais perdem a magnitude da altura e confundem-se na paisagem, quando surge uma sequência de edifícios de arquitetura típica do início do século XX.

O fechamento da Rua Pedro Ferreira dá início à Rua Silva, cujo referencial é a antiga sede do Porto de Itajaí (1938), em estilo eclético, atualmente em processo de restauração.

O contraste entre os dois lados da via é evidente: de um lado predomina a monotonia de formas e cores, junto ao Porto e, do outro, uma sequência de edificações de variadas formas, cores, estilos e épocas se intercalam, na qual se destaca o edifício do Colégio São José, conforme se pode observar na Figura 5.



Figura 3 | Perspectiva da Rua Lauro Muller para a Praça Vidal Ramos, sequência das edificações ao se afastar da Praça.



Figura 4 | Perspectiva da Rua Pedro Ferreira em direção ao Porto de Itajaí.

O trajeto seguinte mostra a apropriação do espaço pelo grande número de pessoas transitando. Outro elemento que se destaca são as diversas placas publicitárias que confundem as percepções do trajeto. A poluição visual das placas e os cabos de energia elétrica sobrepõem-se à arquitetura, escondendo-a e contribuindo para a sua degradação. O caminho é praticamente todo fechado, se abre em determinados pontos nos quais há terreno vazio. O comércio de maior porte está recuado ou junto ao cruzamento de vias. Mas, o diferencial deste percurso está na identidade promovida pelas gruas do porto. Como fechamento da via surge uma massa de vegetação, representada por uma praça com grandes árvores. Ao fundo, a paisagem revela um ponto focal, a Matriz do Santíssimo Sacramento, elemento central e dominante, que associado às demais edificações constitui o cenário de uma perspectiva delimitada (Figura 6).

O cruzamento entre as ruas Silva e Tijuca, forma um caminho ladeado por edifícios não tombados, cuja apropriação do lote, remete a ocupação colonial, em fita. Com conjuntos habitacionais, de uso misto, ou seja, apresentando comércio no térreo, habitação no pavimento superior e jardins na face posterior do lote. Estes edifícios apresentam geometrização na composição das fachadas e coberturas, com detalhes arquitetônicos e urbanísticos que datam do início do século XX, momento de intensa transformação econômica do país, conforme mostra a Figura 7.

No final desta via, a perspectiva abre-se e culmina com a monumentalidade da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Neste cenário, alguns elementos verticais se sobressaem soltos na paisagem: no primeiro plano, a praça, e depois a Igreja como ponto focal – considerada um monumento artístico e cultural da cidade de Itajaí. Sua arquitetura é



Figura 5 | Perspetiva da caminhada da Rua Silva em direção à Rua Tijuca.



Figura 6 | Perspetiva da Rua Tijuca até a Matriz do Santíssimo Sacramento.



Figura 7 | Perspetiva da Rua Tijuca e do conjunto arquitetónico do início do século XX.

composta por elementos românticos, apresenta em seus vitrais desenhos sobre motivos eucarísticos e bíblicos. A Igreja foi inaugurada em 15 de novembro de 1955 (Fitur, 2009; Fundação Cultural de Itajaí, 2009).

O final do trajeto culmina com o cenário da Igreja Matriz e o Morro da Cruz (Figura 8).

Saindo da Praça da Igreja Matriz em direção à Rua Hercílio Luz, última parte do trajeto, a paisagem promove um desdobramento em duas etapas, sendo que a primeira “abre-se” e, na lateral direita estão dois edifícios ícones. Um dele é o Palácio Marcos Konder (1925), com estilo eclético. É um dos mais importantes edifícios da arquitetura oficial de Santa Catarina, marco da história da arquitetura e do urbanismo da cidade de Itajaí. Abrigou a Prefeitura Municipal até 1972, tornando-se Museu em 1982. O outro edifício é a Casa da Cultura Dide Brandão (1835), sede da primeira escola do município – Grupo Escolar Victor Meirelles, de tipologia arquitetônica das escolas paulistas do início do século XIX, conforme a Figura 16 (Fitur, 2009; Fundação Cultural de Itajaí, 2009).

É notável que, neste cenário, haja edificações de caráter histórico, que se perdem na paisagem. Durante a caminhada a imersão num espaço fechado é gradativa, o gabarito das edificações que, no início, é baixo vai sendo substituída pela verticalidade, que culmina junto ao campanário da Igreja Imaculada Conceição, ponto focal. A apoteose ocorre com o surgimento do Rio Itajaí-açu, que mostra a amplitude da perspectiva e promove a dispersão das pessoas no espaço.

Em síntese, durante todo o trajeto foram identificados importantes elementos que registam a formação da cidade, traços do contexto urbano, em particular das edificações, exemplares que contam a longa história da sociedade dos séculos XIX e XX e a integram ao cotidiano da cidade do século XXI. Identificam-se nesta dinâmica urbana, traços da fundação da cidade e da transmissão das ideias desta realidade, perpetuada por meio do conjunto urbano – traçado, usos e monumentos históricos, promovendo o entendimento dos valores e funções que desempenhavam no passado, pois permanecem junto à sociedade e permitem uma conexão da matéria com o dado empírico, os valores espirituais, conforme a Figura 9.



Figura 8 | Largo da Matriz do Santíssimo Sacramento, tendo como figura de fundo o Morro da Cruz.



Figura 9 | Perspectiva Rua Hercílio Luz e o encontro com o Largo da Praça Vidal Ramos.

#### 4. Análise do potencial turístico da paisagem do centro histórico de São Francisco do Sul

Grande parte do património histórico existente em São Francisco do Sul é composto por construções de origem particular. São dezenas de prédios que expressam, em suas fachadas, características da época em que foram construídos. São edificações feitas dos mais diversos materiais, que vão desde a madeira, utilizada principalmente pelos alemães, passando pelas conchas e óleo de baleia dos açorianos, até a alvenaria utilizada no estilo luso-brasileiro. Cada prédio carrega consigo, além de aspetos históricos da cidade, parte da vida de algumas personalidades, fatos históricos que foram relatados por Santos *et al.* (2004) e também por Seibel (2004).

A pesquisa de campo inicia-se com o observador junto à Avenida Ipiranga, na esquina com a Alameda Dr. Nereu Ramos, onde a sensação é de contraste súbito com a visão de um conjunto de edifícios de arquitetura típica dos séculos XIX e XX, um ao lado do outro. Muitos foram restaurados e estão sendo

utilizados para fins residenciais, comerciais, prestações de serviços e de uso público. Ao se voltar para a Baía de Babitonga, surge uma perspectiva grandiosa, ladeada pelo conjunto de edifícios como uma grande escultura (Figura 10). O primeiro ponto focal, nodal, é o monumental, edifício como escultura, Casarão da Família Rhinow (1850), a Chácara Dr. Figueiredo, construída por colonizadores alemães. O edifício fica no final de um corredor de palmeiras, plantadas defronte durante à época da construção, e marca a entrada do centro histórico de São Francisco do Sul. Tombada pelo Património Histórico Nacional em 1986, não se encontra aberta à visitação pública.

Ao chegar à Rua Comandante Cabo, a sensação é de amplitude, devido à perspectiva grandiosa, proporcionada pela Baía de Babitonga, que banha todo o logradouro – onde alguns passeios estão revestidos por pedras que compunham as edificações restauradas. Junto ao limite dado pela baía há um passeio que, ora se abre em praças arborizadas, ora se fecha em passeios com bancos voltados para a vista privilegiada da baía ou para a vista do conjunto de casarios (Figura 11).



Figura 10 | Entrada do centro histórico e dos equipamentos instalados junto às margens da Baía de Babitonga.



Figura 11 | Casarios instalados junto às margens da Baía da Babitonga e o Casarão da Família Görresen.

Logo em seguida, a perspectiva torna-se delimitada, pela justaposição de casarios em ambos os lados da via. Logo surge o Museu Histórico de São Francisco – edifício em estilo eclético, monumental, ponto focal, nodal, um marco arquitetônico, construído para abrigar a câmara e a cadeia pública – restaurado e inaugurado em 1985 (Figura 12).

Dando continuidade ao trajeto, surge um ponto focal, nodal, um edifício como escultura, o Casarão da Família Görresen, edifício monumental localizado na esquina da Rua Comandante Cabo com a Rua Marechal Floriano Peixoto – um sobrado amarelo em estilo colonial açoriano – construção de maior valor arquitetônico do centro histórico. Na Rua Marechal Floriano Peixoto há um conjunto de casarios relevantes para a sociedade local, alguns construídos em pedras ligadas por cal de concha, óleo de baleia e areia de praia e outros em alvenaria, que datam do início do século XIX aos primeiros cinquenta anos do século XX. São eles: Residência da Família Salustiano da Costa Pereira; Residência da Família de Raul Ozorio; Casa da Família Zattar; Sobrado da Família Truppel; Residência de Maria Thereza e a

Casa Lotérica (Figura 13).

A rua fecha-se com edificações dos dois lados da rua, uma iniciativa local, um enclave, que aponta uma sucessão de pontos de vista. Depois a rua abre-se ao passar pelo edifício do Correio e surge a Praça Getúlio Vargas, uma grande área aberta que cria um efeito de silhueta, devido a sobreposição das árvores sobre os edifícios, que cobre parte da monumentalidade da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça (1665), ponto focal, nodal. Foi reformada em 1830 e o relógio instalado em 1908. Em estilo veneziano com uma só torre, a fachada foi restaurada em 1926 e, em 1949, foi construída a segunda torre. Junto à praça surgem árvores de grande porte, criando um ambiente rico em complexidades e contrastes, saliências e reentrâncias. O visual fecha e há uma sobreposição de cenários, truncagem, em primeiro plano as árvores, em segundo plano o coreto e em terceiro, parte da casa Paroquial. O coreto confere destaque e pontua a paisagem (Figura 14). Ao lado, está a Casa Paroquial (1920), de arquitetura em estilo veneziano, inaugurada em 1943 e restaurada em 2001.



Figura 12 | Casarão da Família Görresen e Museu Histórico de São Francisco.



Figura 13 | Residência de Maria Thereza Zattar, casa da família Zattar e demais casarios na Rua Marechal Floriano Peixoto.

Ao lado da praça, a paisagem é demarcada pela horizontalidade dos edifícios, a sede da Prefeitura Municipal, em estilo denominado “getulista”. Sofreu diversas reformas e, atualmente, sedia o Gabinete do Prefeito e algumas secretarias. Em seguida, o Cine Teatro X (1950), que foi reformado e passou a ser chamado de cine Marajá e depois Cine Radium (Figura 15).

Chegando à Rua Babitonga a paisagem descortina-se, com a perspectiva grandiosa da Baía de Babitonga que contrasta com as edificações de valor histórico. Há uma grande concentração de pessoas transitando. Para a esquerda, a visão serial é de entrelaçamento da paisagem, baía/edificações e

depois o trajeto fecha-se com edifícios em ambos os lados da via. Surge um ponto focal, nodal, o Clube XXIV de Janeiro (1905) – edifício cuja arquitetura conserva traços do estilo do período colonial. Da arquitetura eclética pouco resta além da fachada principal e das paredes periféricas. Restaurado pelo Projeto Monumenta, será transformada em centro de eventos (Figura 16).

Do outro lado da rua está o Trapiche Santista, antes Trapiche Portela – Portal Naval turístico (1910) edifício monumental, construído para abastecer os navios com água potável. Em cada extremidade havia uma torre e o espaço entre estas era coberto para abrigar cargas perecíveis. O muro frontal foi re-



Figura 14 | Edifício do Correio, Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, Praça Getúlio Vargas.



Figura 15 | Edifício da Prefeitura Municipal de São Francisco e Cine Marajá e conjunto de edifícios junto à Praça Getúlio Vargas.



Figura 16 | Clube XXIV de Janeiro e o conjunto de edifícios que compõe a quadra.

construído de acordo com as características originais. Logo em seguida, mais um fechamento na paisagem, perspectiva velada, que é emoldurada pelo edifício monumental, o Museu do Mar (1903), instalado nas margens da Baía de Babitonga. O ancoradouro lembra as antigas funções dos pavilhões da empresa Nacional de Navegação Hoepcke. A edificação é composta por um conjunto de armazéns e trapiche. Atualmente, apresenta características de arquitetura eclética com influencia alemã (Figura 17).

Retornando para o outro lado do trajeto, a visão abre-se em uma perspectiva grandiosa, de um lado a Baía de Babitonga e, do outro, uma sequência de edifícios históricos, alguns construídos com óleo de baleia, conchas marinhas e pedra bruta, que datam do século XIX e da primeira metade do século XX, como: a Farmácia Souza Lima, o Casarão Jayme Ernesto Oliveira; o Sobrado de Álvaro e Lacy Cabral; o Sobrado dos Carvalho; a Farmácia Minerva e Deodoro e o Casarão da Loja Koerich; o Casarão “Consulado do Chile” e o Hotel Kontiki – esquina com beco Coronel Camacho, em estilo eclético. Sua estrutura externa mantém a original, construída em

pedra, cal e tijolos (Figura 18).

O monumental, ponto focal, nodal, edifício do Mercado Público Municipal (1900) localizado junto a baía de Babitonga, deve ter sido o primeiro prédio a ser construído na área aterrada da baía. Em estilo eclético, com uma edícula construída em 1928. Restaurado em 1976, perdendo parte de sua originalidade, mas que será resgatada pelo projeto de recuperação do centro histórico da cidade.

Este trajeto é demarcado por uma visão serial, de um território ocupado, que originam saliências e reentrâncias, ora proporcionada pela amplitude da baía, ora pelo fechamento proporcionado pelo surgimento de edificações de prestação de serviços e trapiches.

Ao identificar os registos desta história, que estão presentes em todos os fatos urbanos que emergem deste espaço habitado, constata-se que esta cidade é depositária de sua própria história, fato que leva a busca por estes valores nas profundezas da dinâmica urbana, as quais identificam as potencialidades que ela possui para o desenvolvimento do turismo cultural (Rossi, 1995).



Figura 17 | Trapiche Santista e Museu do Mar.



Figura 18 | Conjunto de edifícios históricos da Rua Babitonga e Mercado Municipal.

## 5. Considerações finais

Após a análise de parte do património histórico construído das cidades de Itajaí e São Francisco do Sul, constata-se que, atualmente, a sociedade compreende a importância de se apropriar da cidade como uma oportunidade para vivenciar e reconstruir a memória do passado, fato que impulsionou o desenvolvimento do turismo cultural no Brasil.

Mas esta é uma realidade ainda muito jovem, pois as iniciativas governamentais de estímulo e proteção aos sítios históricos são recentes, datando do início do século XX. E muitas vezes, são insuficientes para enfrentar a pressão exercida pelos grandes empreendedores imobiliários, fato que resulta no repentino desaparecimento de sítios históricos, principalmente, daqueles que estão junto aos centros urbanos, devido ao alto valor da terra.

Ao sucumbirem os sítios históricos, não desaparecem apenas a identidade e a memória cultural da sociedade local. Problemas oriundos do século XX sobressaem, como a standardização das cidades, processo decorrente da globalização, que ao difundir uma cultura universal, promoveu a perda dos diferenciais peculiares de cada coletividade.

Portanto, as cidades que ainda preservaram estas individualidades poderão despontar no panorama nacional, pois o turismo cultural busca estes diferenciais, atrativos que poderão contribuir com a construção de novos equipamentos culturais.

O desafio deste trabalho foi associar conceitos e categorias de análise da paisagem de quatro autores diferentes, para identificar as potencialidades turísticas na paisagem das duas cidades. Conceitos que partem do princípio de que a preservação do património urbano é, também, uma das principais estratégias para a revitalização das cidades, as quais norteiam o diagnóstico das peculiaridades locais e promovem a criação de soluções que evitam a padronização dos espaços e promovem a valorização da “singularidade” da identidade, da cultura local.

Após analisar os conceitos que norteiam o desenvolvimento do turismo cultural e identificar

as potencialidades do património edificado de cada cidade, verificou-se que ambas as cidades possuem a sua singularidade, o seu “tesouro arquitetónico e urbanístico”. E que a cidade de São Francisco do Sul, por fazer parte do PAC das Cidades Históricas, possui políticas públicas para preservação e restauro do património edificado, fato que não ocorre na cidade de Itajaí, onde são demolidas edificações da noite para o dia.

Também foi identificado que as políticas públicas são planeadas de forma genérica e que, no caso de Itajaí, as instâncias federais, estaduais e municipais, nem sempre possuem os mesmos planos para os mesmos fins. Os planos detalhados de ação são documentos privativos e apenas os resultados exitosos são divulgados para a sociedade.

Foi averiguado que a solução para a manutenção da identidade das cidades está na preservação da sua história, dos fragmentos da estrutura física, da permanência de parte das paisagens, outrora vividas pela sociedade local em diversos momentos da história. Paisagem que foi sendo alterada pelos fatos urbanos que se sucederam e, atualmente, configuram o ambiente urbano, como uma obra de arte. O lugar, a imagem e a identidade, são peças fundamentais para a operacionalização da divulgação e promoção da cultura local, cenário que instiga à preservação dos bens construídos, valorizando-os, e promovendo o entendimento de que estes signos que registam o passado, conectam a cultura imaterial a cidade e a cidade com o turismo.

Portanto, compreende-se que este processo de transformação observado mostra que a cidade antiga cede o seu lugar à moderna, substituindo a paisagem da cidade do passado pela do futuro, mas conservando uma sucessão de surpresas e revelações súbitas – registos do passado, a partir dos elementos que permanecem, apesar das mudanças das suas funções.

A comunidade e os seus dirigentes precisam, ainda, de compreender que o espaço é social e que a sua transformação ocorre ao serviço das necessidades do homem, ao longo de sua história.

E que esta “singularidade material” é um diferencial que associa as sofisticações do passado, edifícios e tradições que resistiram ao tempo, e que podem assumir novas funções no futuro, para contribuir com a valorização deste património e com o desenvolvimento do turismo cultural, sem deixar de lado as características do espaço e as necessidades da população residente, sob os quais recaem os impactos positivos e negativos da atividade turística.

### Referências bibliográficas

- Argan, G. C., 2001, *Projeto e destino*, Ática, São Paulo.
- Azevedo, J., 2002, *Turismo o desafio da sustentabilidade*, Futura, São Paulo.
- Barretto, M., 1995, *Manual de iniciação ao estudo do turismo*, Papirus, São Paulo.
- Barros, J. A., 2007, *Cidade e história*, Vozes, São Paulo.
- Boullón, R. C., 2002, *Planejamento turístico*, EDUSC, Bauru.
- Cullen, G., 1971, *Paisagem urbana*, Edições 70, Portugal.
- Endres, A. V., Oliveira, C. M. S., Menezes, D. A., 2007, *Turismo no Centro histórico de João Pessoa: revitalização, planejamento e não-lugar*, [http://www.eca.usp.br/turismocultural], (Site acessado 06 setembro 2011).
- Fundação Catarinense De Cultura., 2009, *Lista de bens tombados pelo governo do Estado de Santa Catarina*, [http://www.fcc.sc.gov.br/bens/bens.htm], (Site acessado 19 junho 2009).
- Fundação Genésio de Miranda Lins, 2009, *Histórico dos bens tombados do município de Itajaí*. Fundação Cultural de Itajaí, Itajaí.
- Fundação Itajaiense de Turismo, 2009, *Atrativos Turísticos*, [http://www.fitur.itajai.sc.gov.br/2009], (Site acessado 20 maio 2009).
- Gallato, B., 2010, *Mural histórico de Itajaí*, [http://muralhistorico-deitajai.blogspot.com], (Site acessado 12 maio 2010).
- Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, 2011, *Legislação brasileira de turismo. Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991*, [http://aulaturismo.blogspot.com/2008/03/lei-n-8181-de-28-de-março-de-1991.html], (Site acessado 06 setembro 2011).
- Lynch, K., 1997, *A imagem da cidade*, Martins Fontes, São Paulo.
- Moreno, J., 2002, *O futuro das cidades*, SENAC, São Paulo.
- Peixoto, N. B., 2004, *Paisagens Urbanas*, SENAC, São Paulo.
- Pozo y Barajas, A., 2009, *La condición post moderna: ideas de ciudad*, Universidade de Sevilla, Sevilla.
- Rossi, A., 1995, *A Arquitetura da cidade*, Martins Fontes, São Paulo.
- Santos, R. I. C., Goulart, M., 1998, Uma abordagem histórico-cultural do turismo, *Turismo: visão e ação*, Itajaí, Vol.1, pp. 19-29.
- Santos; S. C., Nacke, A., Reis, M. J., 2004, *São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville*, Editora da UFSC, Florianópolis.
- Seibel, N. T., 2004, *São Francisco do Sul 500 anos: construções históricas*, 1º ed., S&A Editora, Joinville, SC.
- Vargas, H. C.; Castilho, A. L. H., 2009, *Intervenções em centros urbanos*, Manole, Barueri.
- Vaz, L. F., 2004, Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente, *Anais VIII Shc, Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*, Rio de Janeiro, CD-ROM.